

ÍNDICE DA MATÉRIA

| | |
|--|------|
| Sumário | VII |
| Apresentação da 47 ^a edição | IX |
| Apresentação da 44 ^a edição | XI |
| Apresentação da 43 ^a edição | XIII |
| Apresentação | XV |

Teoria Geral do Direito Processual Civil

Parte I – Noções Fundamentais

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1º – Direito Processual Civil

| | |
|--|---|
| 1 – Noções gerais | 1 |
| 2 – Definição | 2 |
| 3 – Natureza | 2 |
| 4 – Relações com outros ramos do Direito | 3 |
| 5 – Objetivo | 4 |
| 5-a – Novos rumos do direito processual civil | 5 |
| 5-b – Universalidade dos problemas do processo moderno | 6 |

§ 2º – História do Direito Processual Civil

| | |
|---|----|
| 6 – Origens | 8 |
| 7 – Evolução: mundo clássico. Grécia | 8 |
| 8 – O processo civil romano | 9 |
| 9 – Processo comum | 10 |
| 10 – O processo civil moderno (fase científica) | 11 |
| 11 – Direito processual civil brasileiro | 12 |
| 12 – Regulamento nº 737 | 12 |
| 13 – Códigos estaduais | 13 |
| 14 – Códigos unitários | 13 |
| 15 – O novo Código | 14 |
| 15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil | 14 |
| 15-b – A busca da efetividade da tutela jurisdicional | 15 |

§ 3º – Fontes do Direito Processual Civil

| | |
|---|----|
| 16 – Noções gerais | 18 |
| 17 – Lei processual | 18 |
| 18 – A lei processual no tempo | 19 |
| 19 – A lei processual no espaço | 20 |
| 20 – Interpretação das leis processuais | 21 |

§ 4º – Princípios Informativos do Direito Processual

| | |
|--|----|
| 21 – Noções gerais | 23 |
| 22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal | 23 |
| 22-a – Processo legal e processo justo | 25 |
| 23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo | 27 |

| | |
|--|----|
| 24 – Princípio do contraditório | 28 |
| 25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição | 29 |
| 26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual | 30 |
| 27 – Princípio da verdade real | 30 |
| 28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade | 31 |
| 29 – Princípio da publicidade | 32 |
| 30 – Princípio da economia processual | 32 |
| 31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão | 33 |

Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

§ 5º – Jurisdição

| | |
|---|----|
| 32 – Imperatividade da ordem jurídica | 35 |
| 33 – Justiça privada e justiça pública | 35 |
| 34 – Jurisdição | 36 |
| 35 – Características da jurisdição | 38 |
| 36 – Imparcialidade e disponibilidade | 39 |
| 37 – Objetivo da jurisdição | 40 |
| 38 – Princípios fundamentais | 40 |
| 39 – Jurisdição civil | 41 |
| 40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária | 41 |
| 41 – Substitutivos da jurisdição | 42 |
| 41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva | 43 |

§ 6º – Processo

| | |
|---|----|
| 42 – Conceito | 46 |
| 43 – Processo e procedimento | 47 |
| 43-a – Características do procedimento | 49 |
| 44 – Autonomia do processo | 50 |
| 45 – Espécies de processo | 50 |
| 46 – Funções do processo | 51 |
| 47 – Independência dos processos | 51 |
| 47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas | 52 |
| 47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência | 53 |
| 47-c – Tutela sancionatória e tutela inibitória | 54 |

§ 7º – Ação

| | |
|--|----|
| 48 – O monopólio estatal da justiça | 55 |
| 49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional | 55 |
| 50 – Autonomia do direito de ação | 56 |
| 51 – A evolução do conceito de ação | 57 |
| 51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional | 58 |
| 52 – Condições da ação | 58 |
| 53 – Enumeração e conceituação das condições da ação | 60 |
| 54 – Pressupostos processuais | 66 |
| 55 – Classificação das ações | 67 |
| 55-a – Ação e pretensão | 68 |
| 55-b – Ação e causa | 69 |
| 55-c – Elementos identificadores da causa | 69 |
| 56 – A defesa do réu | 70 |
| 57 – Espécies de resposta | 71 |

Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

§ 8º – Elementos do Processo

| | |
|--|----|
| 58 – Visão dinâmica e estática do processo | 73 |
| 59 – A relação processual | 74 |
| 60 – Classificação dos elementos do processo | 74 |

§ 9º – Efeitos da Relação Processual

| | |
|-----------------------------------|----|
| 61 – Noções gerais | 76 |
| 62 – Direitos processuais | 76 |
| 63 – Obrigações processuais | 76 |
| 64 – Deveres processuais | 76 |
| 65 – Ônus processuais | 77 |

Parte II – Sujeitos do Processo

Capítulo IV – Partes e Procuradores

§ 10 – Partes

| | |
|--|----|
| 66 – Partes | 79 |
| 67 – Nomenclatura | 80 |
| 68 – Substituição processual | 81 |
| 69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso) | 82 |
| 70 – Capacidade processual | 83 |
| 71 – Capacidade processual das pessoas casadas | 84 |
| 72 – Curatela especial | 85 |
| 73 – Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais | 86 |
| 74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação | 87 |

§ 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores

| | |
|--|----|
| 75 – Deveres | 89 |
| 75-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001 | 90 |
| 76 – Responsabilidade das partes por dano processual | 91 |
| 76-a – Direitos | 92 |
| 76-b – Direito especial dos litigantes idosos | 93 |

§ 12 – Despesas e Multas

| | |
|---|-----|
| 77 – Ônus financeiro do processo | 94 |
| 78 – Antecipação das despesas | 94 |
| 79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo | 95 |
| 80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência | 96 |
| 81 – Sucumbência recíproca | 97 |
| 82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais | 97 |
| 83 – Multas | 98 |
| 84 – Honorários de advogado | 98 |
| 85 – Cabimento dos honorários | 98 |
| 86 – Inoperância da sucumbência | 100 |
| 87 – Fixação dos honorários | 100 |
| 88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários | 101 |
| 89 – Execução dos honorários | 102 |
| 90 – Assistência judiciária | 102 |

§ 13 – Advogados

| | |
|-------------------------------------|-----|
| 91 – Capacidade de postulação | 105 |
|-------------------------------------|-----|

| | |
|--|-----|
| 92 – O mandato judicial | 105 |
| 93 – Direitos e deveres | 106 |
| § 14 – Substituições das Partes e Procuradores | |
| 94 – Substituição de parte | 108 |
| 95 – Substituição do advogado | 109 |
| Capítulo V – Pluralidade de Partes | |
| § 15 – Litisconsórcio | |
| 96 – Pluralidade de partes | 111 |
| 97 – Classificações | 111 |
| 98 – Espécies de litisconsórcio | 112 |
| 99 – Sistema do Código | 113 |
| 100 – Casos legais de litisconsórcio | 113 |
| 101 – Litisconsórcio necessário | 115 |
| 102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação | 115 |
| 103 – Litisconsórcio facultativo recusável | 117 |
| 104 – Posição de cada litisconsorte no processo | 118 |
| 105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais | 119 |
| § 16 – Intervenção de Terceiros | |
| 106 – Conceito | 120 |
| 107 – Classificações | 120 |
| § 17 – Oposição | |
| 108 – Conceito | 122 |
| 109 – Competência | 123 |
| 110 – Procedimento | 124 |
| 111 – Julgamento da oposição | 124 |
| § 18 – Nomeação à Autoria | |
| 112 – Conceito | 126 |
| 113 – Pressuposto da nomeação à autoria | 126 |
| 114 – Procedimento | 126 |
| 114-a – Recurso | 127 |
| § 19 – Denúnciação da Lide | |
| 115 – Conceito | 129 |
| 115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano | 131 |
| 116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide | 132 |
| 116-a – Casos de não-cabimento da denúnciação da lide | 133 |
| 117 – Objetivo do incidente | 133 |
| 118 – Legitimação | 134 |
| 119 – Procedimento | 134 |
| 120 – Efeitos da denúnciação da lide | 135 |
| 120-a – Recursos | 137 |
| 120-b – Execução da sentença | 137 |
| 121 – Denúnciações sucessivas | 139 |
| § 20 – Chamamento ao Processo | |
| 122 – Conceito | 142 |
| 123 – Casos de admissibilidade do incidente | 142 |

| | |
|--|-----|
| 124 – Procedimento | 143 |
| 124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor | 144 |
| 124-b – O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil | 144 |
| § 21 – Assistência | |
| 125 – Conceito | 147 |
| 126 – Pressupostos da intervenção | 147 |
| 127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial | 148 |
| 128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial | 149 |
| 129 – Procedimento | 149 |
| 130 – Poderes e ônus processuais do assistente | 150 |
| 130-a – Assistência provocada | 151 |
| 130-b – O recurso de terceiro prejudicado | 152 |

Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo

| | |
|---|-----|
| § 22 – O Ministério Público | |
| 131 – Conceito | 155 |
| 132 – Funções | 155 |
| 133 – Natureza | 156 |
| 134 – Ministério Público como parte | 157 |
| 135 – Ministério Público como <i>custos legis</i> | 157 |
| 136 – Ausência do Ministério Público no processo | 158 |
| 137 – Órgãos do Ministério Público | 158 |
| 138 – Princípios e garantias | 158 |

Capítulo VII – Juízes

| | |
|---|-----|
| § 23 – Competência | |
| 139 – Conceito | 161 |
| 140 – Distribuição da competência | 162 |
| 141 – Classificação da competência | 162 |
| § 24 – Competência Internacional | |
| 142 – Noções gerais | 163 |
| 143 – Espécies de competência internacional | 163 |
| 144 – Competência concorrente e litispendência | 164 |
| § 25 – Competência Interna | |
| 145 – Noções gerais | 165 |
| 146 – Competência em matéria civil | 166 |
| 147 – Competência da Justiça Federal | 166 |
| 148 – Competência das Justiças Estaduais | 167 |
| § 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna | |
| 149 – Generalidades | 169 |
| 150 – Competência do foro e competência do juiz | 170 |
| 151 – Divisão da competência do foro | 170 |
| 152 – Cumulatividade de juízos competentes | 170 |
| 153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i> | 171 |
| § 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria | |
| 154 – Competência em razão do valor da causa | 173 |
| 155 – Competência em razão da matéria | 173 |

| | |
|--|-----|
| § 28 – Competência Funcional | |
| 156 – Conceito | 174 |
| 157 – Classificação | 174 |
| § 29 – Competência Territorial | |
| 158 – Conceito | 176 |
| 159 – Foro comum | 176 |
| 160 – Foros subsidiários ou supletivos | 177 |
| 161 – Foros especiais | 177 |
| 162 – Ações reais imobiliárias | 178 |
| 163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência | 178 |
| 164 – Foro da União e dos Territórios Federais | 179 |
| 165 – Foros <i>ratione personae</i> | 180 |
| 166 – Foro das pessoas jurídicas | 181 |
| 166-a – Foro dos Estados e Municípios | 182 |
| 167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações | 182 |
| 168 – Foro relativo à arbitragem | 183 |
| 168-a – Foro do idoso | 183 |
| § 30 – Modificações da Competência | |
| 169 – Competência absoluta e competência relativa | 184 |
| 170 – Prorrogação de competência | 185 |
| 171 – Prorrogação legal | 185 |
| 172 – Efeito prático | 187 |
| 173 – Prevenção | 187 |
| 174 – Outros casos de prorrogação legal | 188 |
| 175 – Conexão entre ação penal e ação civil | 189 |
| 176 – Prorrogação voluntária | 190 |
| 176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública | 192 |
| 176-b – Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão | 192 |
| § 31 – Declaração de Incompetência | |
| 177 – Verificação de competência | 194 |
| 178 – Exceção de incompetência | 194 |
| 179 – Incompetência absoluta | 195 |
| 179-a – Foro de eleição e declinação de competência (contrato de adesão) | 195 |
| § 32 – Conflito de Competência | |
| 180 – Noções gerais | 198 |
| 181 – Procedimento do conflito | 199 |
| 182 – Efeitos do conflito | 200 |
| Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça | |
| § 33 – Organização Judiciária | |
| 183 – O Poder Judiciário Brasileiro | 202 |
| 184 – Duplo grau de jurisdição | 205 |
| 185 – Jurisdição extraordinária | 205 |
| 186 – Competência | 206 |
| 187 – Disciplina da magistratura | 206 |
| § 34 – Órgãos Judiciários | |
| 188 – Juizes | 207 |

| | |
|---|-----|
| 189 – Requisitos de atuação do juiz | 207 |
| 190 – Garantias da magistratura | 208 |
| 191 – Poderes e deveres do juiz | 208 |
| 191-a – Atividade criativa do juiz | 210 |
| 192 – Responsabilidade do juiz | 211 |
| 193 – Garantia de imparcialidade do juiz..... | 211 |
| 194 – Casuísmo legal..... | 212 |
| 194-a – Juiz testemunha..... | 212 |
| 195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido | 213 |
| § 35 – Auxiliares da Justiça | |
| 196 – O juízo | 214 |
| 197 – Escrivão | 214 |
| 198 – Oficial de justiça | 215 |
| 199 – Perito | 216 |
| 200 – Depositário e administrador | 216 |
| 201 – Intérprete | 217 |
| 202 – Outros auxiliares eventuais | 217 |

Parte III – Atos Processuais

Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais

| | |
|---|-----|
| § 36 – Atos Processuais | |
| 203 – Conceito | 219 |
| 204 – Agentes | 220 |
| 205 – Atos do processo e atos do procedimento | 221 |
| 206 – Classificação dos atos processuais | 221 |
| 207 – Forma dos atos processuais | 222 |
| 208 – Publicidade | 223 |
| 209 – Meios de expressão | 224 |
| 209-a – O uso de sistema de transmissão de dados..... | 224 |
| 209-b – O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil | 226 |
| 209-c – O processo eletrônico no STF | 228 |
| § 37 – Atos da Parte | |
| 210 – Conceito e classificação | 230 |
| 211 – Eficácia dos atos das partes | 231 |
| 212 – Petições e autos suplementares | 231 |
| 213 – Cotas marginais e lineares nos autos | 231 |
| § 38 – Atos do Juiz | |
| 214 – Atividade processual do juiz | 232 |
| 215 – Atos decisórios | 232 |
| 216 – Definições legais | 233 |
| 217 – Decisão interlocutória | 233 |
| 218 – Despachos | 234 |
| 219 – Sentença | 235 |
| 220 – Atos não-decisórios | 236 |
| 221 – Forma dos atos decisórios | 237 |
| § 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria | |
| 222 – Documentação e comunicação dos atos processuais..... | 239 |

| | |
|--------------------------------|-----|
| 223 – Autuação | 240 |
| 224 – Termos processuais | 240 |
| 225 – Forma dos termos | 241 |

Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais

| | |
|--|-----|
| 226 – O tempo | 243 |
| 227 – Feriados e férias forenses | 244 |
| 228 – O lugar | 246 |

§ 41 – Prazos

| | |
|--|-----|
| 229 – Disposições gerais | 247 |
| 230 – Classificação | 248 |
| 231 – Natureza dos prazos | 248 |
| 232 – O curso dos prazos | 249 |
| 233 – Contagem dos prazos: termo inicial | 250 |
| 233-a – Contagem dos prazos no processo eletrônico | 252 |
| 234 – Prazos para recurso | 253 |
| 234-a – Ciência inequívoca | 254 |
| 235 – Termo final | 255 |
| 236 – Preclusão | 256 |
| 237 – Prazos para as partes | 257 |
| 238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares | 257 |
| 239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública | 258 |
| 240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários | 258 |
| 241 – Inobservância de prazo da parte | 258 |
| 242 – Inobservância dos prazos do juiz | 259 |

Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo

| | |
|---|-----|
| 243 – Intercâmbio processual | 261 |
| 244 – Forma dos atos de comunicação | 261 |
| 245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo | 261 |
| 246 – Requisitos das cartas | 262 |
| 247 – Cumprimento das cartas | 262 |
| 248 – Cartas urgentes | 263 |
| 249 – Custas nas cartas | 263 |
| 250 – Cartas rogatórias | 264 |

§ 43 – Citação

| | |
|--|-----|
| 251 – Conceito | 265 |
| 252 – Suprimento da citação | 266 |
| 253 – Destinatário da citação inicial | 266 |
| 254 – Local da citação | 267 |
| 255 – Impedimento legal de realização da citação | 267 |
| 256 – Modos de realizar a citação | 267 |
| 257 – Citação por oficial de justiça | 268 |
| 258 – Citação com hora certa | 269 |
| 259 – Citação pelo Correio | 270 |
| 260 – Citação por edital | 271 |

| | |
|---|-----|
| 260-a – Citação por meio eletrônico | 273 |
| 261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital | 273 |
| 262 – Efeitos da citação | 273 |
| 263 – Prevenção | 274 |
| 264 – Litispendência | 274 |
| 265 – Litigiosidade | 274 |
| 266 – Mora | 275 |
| 267 – Prescrição | 275 |
| 268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição | 275 |
| § 44 – Intimações | |
| 269 – Conceito | 277 |
| 270 – Forma | 277 |
| 271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça | 279 |
| 272 – Aperfeiçoamento da intimação | 280 |
| 273 – Intimação em audiência | 281 |
| 274 – Intimação por edital ou com hora certa | 281 |
| 275 – Efeitos da intimação | 281 |
| 275-a – Intimação pessoal do órgão do Ministério Público, do Defensor Público e do Procurador da Fazenda Pública | 282 |

Capítulo XII – Outros Atos Processuais

| | |
|--|-----|
| § 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa | |
| 276 – Noções introdutórias | 285 |
| 277 – Registro | 285 |
| 278 – Distribuição | 285 |
| 279 – Distribuição por dependência | 286 |
| 279-a – Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual | 287 |
| 280 – Valor da causa | 290 |
| 281 – Impugnação ao valor da causa | 292 |

Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

| | |
|---|-----|
| § 46 – Nulidade | |
| 282 – Conceito | 295 |
| 283 – Espécies de vícios do ato processual | 295 |
| 284 – Atos inexistentes | 296 |
| 284-a – Noção de nulidade | 296 |
| 285 – Atos absolutamente nulos | 297 |
| 286 – Atos relativamente nulos | 297 |
| 287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual | 298 |
| 288 – Sistema de nulidades do Código | 298 |
| 289 – Nulidades cominadas pelo Código | 299 |
| 290 – Nulidades da citação e intimação | 300 |
| 291 – Arguição das nulidades | 300 |
| 292 – Momento da arguição | 301 |
| 293 – Decretação de nulidade | 301 |
| 294 – Efeitos da decretação | 302 |

Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo

Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

| | |
|---|-----|
| § 47 – Introdução | |
| 295 – Noções gerais | 303 |
| § 48 – Formação do Processo | |
| 296 – O processo | 304 |
| 297 – Sujeitos da relação jurídica processual | 304 |
| 298 – Início do processo | 306 |
| 299 – Formação gradual da relação processual | 306 |
| 300 – Estabilização do processo | 307 |
| 301 – Alteração do pedido | 307 |
| 302 – Alterações subjetivas | 307 |
| § 49 – Suspensão do Processo | |
| 303 – Conceito | 309 |
| 304 – Os casos de suspensão do processo | 309 |
| 305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual | 310 |
| 306 – Suspensão por convenção das partes | 311 |
| 307 – Suspensão em razão de exceção | 311 |
| 308 – Suspensão por prejudicialidade | 312 |
| 309 – Prejudicialidade e conexão | 312 |
| 310 – Suspensão por motivo de força maior | 313 |
| 311 – Outros casos legais de suspensão | 314 |
| 312 – Férias e suspensão do processo | 314 |
| § 50 – Extinção do Processo (I) | |
| 313 – Encerramento da relação processual | 315 |
| 314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito | 315 |
| 315 – Indeferimento da inicial | 316 |
| 316 – Abandono da causa | 316 |
| 317 – Ausência de pressupostos processuais | 317 |
| 318 – Perempção | 318 |
| 319 – Litispendência e coisa julgada | 318 |
| 320 – Condições da ação | 319 |
| 321 – Convenção de arbitragem | 320 |
| 322 – Desistência da ação | 320 |
| 323 – Intransmissibilidade da ação | 321 |
| 324 – Confusão entre autor e réu | 322 |
| 325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito | 322 |
| 326 – Iniciativa da extinção do processo | 322 |
| 326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível | 322 |
| § 51 – Extinção do Processo (II) | |
| 327 – Extinção do processo com resolução de mérito | 324 |
| 328 – Acolhimento ou rejeição do pedido | 325 |
| 329 – Reconhecimento do pedido pelo réu | 325 |
| 330 – Transação | 326 |
| 330-a – Retratação e rescisão de transação | 327 |
| 331 – Prescrição e decadência | 328 |

| | |
|--|-----|
| 331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação | 328 |
| 332 – Renúncia ao direito..... | 329 |

Processo de Conhecimento

Parte V – Processo e Procedimento

Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

| | |
|---|-----|
| § 52 – Processo e Procedimentos de Cognição | |
| 333 – Processo | 331 |
| 334 – Procedimento | 332 |
| 335 – Procedimentos no processo de cognição | 332 |
| 336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária | 333 |
| 337 – Esquema do procedimento ordinário | 333 |
| 338 – Fases do procedimento ordinário | 334 |
| 339 – Fase postulatória | 334 |
| 340 – Fase saneadora | 334 |
| 341 – Fase instrutória | 335 |
| 342 – Fase decisória | 335 |
| 342-a – Adequação do procedimento | 335 |
| § 53 – Procedimento Sumário | |
| 343 – Causas de rito sumário..... | 338 |
| 343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário | 339 |
| 344 – Outras causas de procedimento sumário | 341 |
| 345 – Indisponibilidade do rito sumário..... | 341 |
| 346 – O procedimento | 342 |
| 347 – A petição inicial e seu despacho | 343 |
| 348 – A citação e a resposta do réu | 344 |
| 349 – Audiência de conciliação..... | 345 |
| 349-a – Audiência de instrução e julgamento | 347 |
| 350 – Revelia | 347 |
| 351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência | 348 |
| 352 – Direito intertemporal..... | 348 |

Parte VI – Procedimento Ordinário

Capítulo XVI – Fase de Postulação

| | |
|--|-----|
| § 54 – Petição Inicial | |
| 353 – Petição inicial..... | 351 |
| 354 – Requisitos da petição inicial..... | 352 |
| 355 – Despacho da petição inicial | 353 |
| 356 – Casos de indeferimento da petição inicial | 355 |
| 356-a – Indeferimento da petição inicial com base em prescrição | 356 |
| 357 – Extensão do indeferimento..... | 359 |
| 357-a – Julgamento imediato do pedido na apreciação da petição inicial | 359 |
| 357-a-1 – Intimação da sentença <i>prima facie</i> | 360 |
| 357-b – Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i> | 361 |
| 357-c – Preservação do contraditório e ampla defesa | 362 |
| 358 – Efeitos do despacho da petição inicial | 362 |

§ 55 – O Pedido

| | |
|---|-----|
| 359 – Petição inicial | 363 |
| 360 – Pedido | 363 |
| 361 – Requisitos do pedido | 364 |
| 362 – Pedido concludente | 364 |
| 363 – Pedido genérico | 364 |
| 364 – Pedido cominatório | 365 |
| 365 – Pedido alternativo | 366 |
| 366 – Pedidos sucessivos | 366 |
| 367 – Pedido de prestações periódicas | 367 |
| 368 – Pedido de prestação indivisível | 367 |
| 369 – Pedidos cumulados | 368 |
| 370 – Espécies de cumulação de pedidos | 369 |
| 371 – Interpretação do pedido | 369 |
| 372 – Aditamento do pedido | 370 |
| 372-a – Modificação do pedido | 370 |
| 372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento | 370 |
| 372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias | 373 |
| 372-d – A efetivação da tutela antecipada | 376 |
| 372-e – Tutela antecipada parcial | 377 |

§ 56 – A Resposta do Réu

| | |
|--------------------------------|-----|
| 373 – A defesa do réu | 379 |
| 374 – A resposta do réu | 379 |
| 375 – Espécies de defesa | 380 |
| 376 – Defesa processual | 380 |
| 377 – Defesa de mérito | 381 |
| 378 – Reconvenção | 381 |
| 379 – Síntese | 382 |

§ 57 – Contestação

| | |
|---|-----|
| 380 – Conceito | 383 |
| 381 – Conteúdo e forma da contestação | 384 |
| 382 – Ônus da defesa especificada | 384 |
| 383 – Preliminares da contestação | 385 |
| 384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares | 387 |
| 385 – Réplica ou impugnação do autor | 387 |

§ 58 – Exceções

| | |
|--|-----|
| 386 – Conceito | 388 |
| 387 – Prazo | 388 |
| 388 – Efeito da exceção | 389 |
| 389 – Exceção de incompetência. Cabimento | 390 |
| 390 – Procedimento | 390 |
| 391 – Exceções de impedimento e de suspeição | 391 |

§ 59 – Reconvenção

| | |
|--|-----|
| 392 – Conceito | 395 |
| 393 – Pressupostos da reconvenção | 395 |
| 394 – Procedimento | 398 |
| 394-a – Reconvenção sem contestação | 399 |
| 395 – Extinção do processo principal | 399 |

§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido

| | |
|---|-----|
| 396 – Revelia | 400 |
| 397 – Os efeitos da revelia | 401 |
| 398 – Alteração do pedido | 403 |
| 399 – Reconhecimento da procedência do pedido | 403 |

Capítulo XVII – Fase de Saneamento

§ 61 – Providências Preliminares

| | |
|---|-----|
| 400 – Conceito | 405 |
| 401 – Réplica do autor | 406 |
| 402 – Revelia e provas | 406 |
| 403 – Intervenção do Ministério Público | 407 |
| 404 – Ação declaratória incidental | 407 |
| 405 – Outras providências preliminares | 408 |

§ 62 – Julgamento conforme o Estado do Processo

| | |
|---|-----|
| 406 – Conceito | 410 |
| 407 – Extinção do processo | 411 |
| 408 – Julgamento antecipado da lide | 411 |
| 408-a – Audiência preliminar | 412 |

§ 63 – Saneamento do Processo

| | |
|---|-----|
| 409 – Despacho saneador | 416 |
| 410 – Cabimento | 416 |
| 411 – Conteúdo | 417 |
| 412 – Efeito preclusivo | 418 |
| 413 – Formas do despacho saneador | 418 |

Capítulo XVIII – Fase Probatória

§ 64 – A Prova

| | |
|---|-----|
| 414 – Conceito | 421 |
| 415 – Características da prova | 422 |
| 416 – Objeto da prova | 423 |
| 417 – Finalidade e destinatário da prova | 424 |
| 418 – Valoração da prova | 425 |
| 419 – O sistema do Código | 426 |
| 420 – Poder de instrução do juiz | 427 |
| 421 – Ônus da prova | 428 |
| 422 – Sistema legal do ônus da prova | 429 |
| 422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor | 430 |
| 422-b – Distribuição dinâmica do ônus da prova | 430 |
| 422-c – Ônus da prova nas ações do consumidor | 432 |
| 423 – Convenção sobre ônus da prova | 434 |
| 424 – Meios de prova | 434 |
| 424-a – Prova por presunção | 435 |
| 425 – Procedimento probatório | 435 |
| 426 – Instrução através de carta | 436 |
| 427 – Dever de colaboração com a Justiça | 437 |

§ 65 – Depoimento Pessoal

| | |
|---|-----|
| 428 – Conceito | 439 |
| 429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal | 439 |

| | |
|---|-----|
| 430 – Legitimação para o depoimento..... | 440 |
| 431 – Objeto do depoimento pessoal | 440 |
| 432 – Procedimento | 440 |
| § 66 – Confissão | |
| 433 – Conceito | 442 |
| 434 – Requisitos da confissão | 443 |
| 435 – Classificações | 443 |
| 436 – Efeitos da confissão | 443 |
| 437 – Indivisibilidade da confissão | 444 |
| 438 – Valor da confissão extrajudicial..... | 445 |
| § 67 – Exibição de Documento ou Coisa | |
| 439 – Conceito | 446 |
| 440 – Oportunidade da medida | 447 |
| 441 – Legitimação | 447 |
| 442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte | 447 |
| 443 – Procedimento e conseqüências da exibição requerida contra terceiro | 449 |
| § 68 – Prova Documental | |
| 444 – Conceito | 453 |
| 445 – Força probante dos documentos | 454 |
| 446 – Documentos públicos | 454 |
| 447 – Documentos particulares | 456 |
| 448 – Valor probante do documento particular..... | 457 |
| 449 – Telegramas, cartas, registros domésticos | 458 |
| 450 – Livros comerciais | 459 |
| 451 – Reprodução de documentos particulares..... | 460 |
| 452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos | 461 |
| 453 – Documentos viciados em sua forma | 462 |
| 454 – Falsidade documental | 462 |
| 455 – Espécies de falsidade | 463 |
| 456 – Ônus da prova | 464 |
| 457 – O incidente de falsidade | 465 |
| 458 – Procedimento do incidente de falsidade..... | 465 |
| 458-a – Facultatividade do incidente de falsidade..... | 467 |
| 459 – Produção da prova documental..... | 467 |
| 460 – Desentranhamento de documentos..... | 469 |
| § 69 – Prova Testemunhal | |
| 461 – Conceito | 471 |
| 462 – Valor probante das testemunhas..... | 472 |
| 463 – Direitos e deveres da testemunha | 474 |
| 464 – A produção da prova testemunhal | 476 |
| 464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001) | 480 |
| § 70 – Prova Pericial | |
| 465 – Conceito | 481 |
| 466 – Admissibilidade da perícia | 483 |
| 467 – O perito | 484 |
| 468 – O procedimento da prova pericial..... | 485 |

| | |
|--|-----|
| 468-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, acerca do parecer do assistente técnico | 487 |
| 468-b – Outras inovações da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, sobre a prova pericial | 487 |
| 469 – Valor probante da perícia | 488 |
| 470 – Nova perícia | 489 |
| § 71 – Inspeção Judicial | |
| 471 – Conceito | 490 |
| 472 – Procedimento | 490 |
| § 72 – Audiência de Instrução e Julgamento | |
| 473 – Audiência | 492 |
| 474 – Características da audiência | 493 |
| 475 – Atos preparatórios | 494 |
| 476 – Adiamento da audiência | 494 |
| 477 – Antecipação de audiência | 496 |
| 478 – Conciliação | 496 |
| 479 – Procedimento da conciliação | 498 |
| 480 – Instrução e julgamento | 499 |
| 481 – Documentação da audiência | 500 |
| Capítulo XIX – Fase Decisória | |
| § 73 – Noções Introdutórias | |
| 482 – Conceito de processo | 503 |
| 483 – Conteúdo e finalidade do processo | 504 |
| § 74 – Sentença | |
| 484 – Definição legal e classificação doutrinária | 505 |
| 485 – Natureza da sentença definitiva | 506 |
| 486 – Função da sentença definitiva | 507 |
| 486-a – Função da sentença terminativa | 508 |
| § 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença | |
| 487 – Conteúdo da sentença | 509 |
| 488 – Relatório | 510 |
| 489 – Motivação | 510 |
| 490 – Dispositivo da sentença | 511 |
| 491 – Condições formais da sentença | 512 |
| 492 – Clareza | 512 |
| 493 – Precisão | 512 |
| 493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer | 513 |
| 493-a-1 – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa | 515 |
| 493-a-2 – Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa | 516 |
| 493-a-3 – Sentença condenatória ilíquida | 516 |
| 493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência | 517 |
| 494 – Publicação e intimação da sentença | 518 |
| 495 – Efeitos da publicação | 519 |
| 496 – Correção e integração da sentença | 519 |
| 496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i> | 520 |
| 496-b – Interpretação da sentença | 521 |
| § 76 – Classificação das Sentenças | |
| 497 – Classificações | 524 |

| | |
|--|-----|
| 498 – Sentenças declaratórias | 525 |
| 499 – Sentenças condenatórias | 525 |
| 500 – Sentença constitutiva | 527 |
| 501 – Momento de eficácia da sentença | 527 |
| 502 – Multiplicidade de efeitos da sentença | 528 |
| § 77 – Efeitos da Sentença | |
| 503 – Conceito | 529 |
| 504 – Entrega da prestação jurisdicional | 529 |
| 504-a – Classificação das sentenças quanto aos efeitos | 530 |
| 505 – Hipoteca judiciária | 531 |
| 506 – Outros efeitos secundários da sentença | 532 |
| § 78 – Coisa Julgada | |
| 507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código | 533 |
| 507-a – Coisa julgada administrativa | 534 |
| 507-b – Coisa julgada total e parcial | 534 |
| 508 – Coisa julgada formal e material | 536 |
| 508-a – Terminologia do julgamento de mérito | 538 |
| 509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada | 539 |
| 510 – Arguição da coisa julgada | 540 |
| 510-a – Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada | 540 |
| 510-b – Efeitos positivos e negativos da coisa julgada | 541 |
| 511 – Preclusão | 542 |
| § 79 – Limites da Coisa Julgada | |
| 512 – Limites objetivos | 545 |
| 513 – Motivos da sentença | 546 |
| 514 – Verdade dos fatos | 549 |
| 515 – Questões prejudiciais | 549 |
| 516 – Questões implicitamente resolvidas | 550 |
| 516-a – A eficácia preclusiva da coisa julgada | 552 |
| 517 – Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário) | 553 |
| 517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário | 555 |
| 518 – Limites subjetivos | 556 |
| 518-a – Coisa julgada nas ações coletivas | 558 |
| 519 – Causas de estado | 560 |
| 520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejuvimentos | 560 |
| 520-a – Limites temporais da coisa julgada | 561 |
| 520-b – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso | 561 |
| 521 – Execução forçada e coisa julgada | 563 |

Parte VII – Recursos

Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

| | |
|--|-----|
| § 80 – Recursos | |
| 522 – Conceito | 565 |
| 523 – Fundamento do direito de recurso | 566 |
| 524 – Atos sujeitos a recurso | 567 |
| 525 – Recursos admissíveis | 567 |
| 525-a – Reclamação | 568 |
| 526 – Correição parcial | 569 |

| | |
|---|-----|
| 526-a – A técnica de julgamento dos recursos..... | 570 |
| 526-b – <i>Reformatio in pejus</i> | 571 |
| § 81 – Princípios Gerais dos Recursos | |
| 527 – Duplo grau de jurisdição..... | 572 |
| 528 – Legitimação para recorrer..... | 572 |
| 528-a – Particularidades do recurso de terceiro | 574 |
| 529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer | 574 |
| 530 – Pressupostos objetivos do recurso | 575 |
| 531 – Recorribilidade da decisão | 575 |
| 532 – Tempestividade | 575 |
| 532-a – Recurso interposto antes da publicação do julgado | 577 |
| 533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso | 579 |
| 534 – Singularidade do recurso | 580 |
| 535 – Adequação do recurso | 580 |
| 536 – Preparo | 581 |
| 537 – Motivação e forma..... | 582 |
| 537-a – Efeitos do recurso | 582 |
| 537-b – Efeito substitutivo | 583 |
| 538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos | 583 |
| 539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença | 584 |
| 540 – Recurso adesivo | 585 |
| 540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau | 586 |
| 540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator | 587 |
| § 82 – A Apelação | |
| 541 – Conceito..... | 589 |
| 541-a – A nova definição de sentença e sua repercussão na esfera recursal | 590 |
| 542 – Interposição da apelação | 592 |
| 543 – Efeitos da apelação..... | 593 |
| 543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação | 596 |
| 543-a-1 – Questão de fato e questão de direito | 597 |
| 543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515 | 598 |
| 543-a-3 – Prescrição e decadência | 600 |
| 543-a-4 – A apelação e as nulidades sanáveis do processo | 601 |
| 543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação ... | 601 |
| 544 – Recebimento da apelação..... | 602 |
| 544-a – A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF | 603 |
| 544-b – Juízo de retratação: reexame dos pressupostos de admissibilidade da apelação já recebida..... | 604 |
| 544-c – Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator | 604 |
| 545 – Deserção | 605 |
| 546 – Prazo para interposição da apelação | 606 |
| 547 – Julgamento em segunda instância | 606 |
| § 83 – Agravo | |
| 548 – Conceito | 609 |
| 549 – Espécies de agravo..... | 610 |
| 550 – Agravo retido | 611 |
| 550-a – Agravo retido interposto oralmente | 611 |
| 550-b – Juízo de retratação no agravo retido | 612 |
| 550-c – Agravo retido após a sentença | 613 |

| | |
|--|-----|
| 551 – Agravo de instrumento | 614 |
| 551-a – Formação do instrumento do agravo | 616 |
| 552 – Efeitos do agravo de instrumento | 617 |
| 553 – Processamento do agravo de instrumento | 618 |
| 553-a – Inovações registradas a partir das Leis nºs 10.352/2001 e 11.187/2005 | 620 |
| 554 – O contraditório | 621 |
| 554-a – Outras observações sobre o atual regime do agravo de instrumento | 622 |
| 554-b – Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo | 623 |
| § 84 – Embargos Infringentes | |
| 555 – Conceito | 626 |
| 556 – Processamento | 628 |
| 557 – Embargos adesivos | 628 |
| 557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes | 629 |
| 557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes | 629 |
| 557-c – Legitimação para embargar | 630 |
| § 85 – Embargos de Declaração | |
| 558 – Conceito | 633 |
| 559 – Pressupostos dos embargos de declaração | 633 |
| 560 – Procedimento | 634 |
| 561 – Efeito interruptivo | 634 |
| 561-a – Efeito suspensivo | 635 |
| 562 – Embargos manifestamente protelatórios | 636 |
| § 86 – Uniformização da Jurisprudência | |
| 563 – Recurso de revista | 639 |
| 564 – Uniformização da jurisprudência | 639 |
| 565 – Pressupostos do incidente | 639 |
| 566 – Legitimação para a provocação do incidente | 640 |
| 567 – Apreciação do incidente | 641 |
| 568 – Súmula jurisprudencial | 641 |
| 568-a – Súmula vinculante | 642 |
| 568-b – Regulamentação da súmula vinculante | 642 |
| § 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça | |
| 569 – Intróito | 647 |
| 570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal | 648 |
| 571 – Recurso extraordinário | 648 |
| 572 – Pressupostos do recurso extraordinário | 649 |
| 572-a – Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário | 651 |
| 572-b – Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral | 652 |
| 572-c – Procedimento no STF | 652 |
| 572-d – Reflexos do reconhecimento da falta de repercussão geral | 652 |
| 573 – Função do recurso extraordinário | 653 |
| 574 – Efeitos do recurso extraordinário | 654 |
| 574-a – Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso extraordinário | 654 |
| 575 – Processamento do recurso extraordinário | 655 |
| 575-a – Agravo de instrumento contra a inadmissão do recurso extraordinário | 656 |
| 575-b – O preparo dos recursos para o STF e para o STJ | 658 |
| 575-c – O recurso extraordinário por via eletrônica | 658 |

| | |
|--|-----|
| 575-d – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o agravo previsto no art. 544 | 659 |
| 576 – Poderes do Relator | 660 |
| 576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça | 661 |
| 576-b – Recurso especial | 661 |
| 576-c – Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988 | 662 |
| 576-d – Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988 | 663 |
| 576-e – Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial | 666 |
| 576-f – Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial | 667 |
| 576-g – O recurso especial e as causas repetitivas | 668 |
| 576-h – Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem | 669 |
| 576-i – Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ | 669 |
| 576-j – Efeitos do acórdão da Seção ou da Corte Especial do STJ nas causas repetitivas .. | 670 |
| 576-l – Regulamentação regimental e Direito intertemporal nas causas repetitivas | 671 |
| 576-m – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial | 671 |
| 576-n – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça | 672 |
| 576-o – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça | 673 |
| 576-p – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal | 675 |
| 576-q – Reclamação perante o STF e o STJ | 675 |
| 576-r – Recurso especial ou extraordinário retido | 677 |
| 576-s – Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal | 679 |

§ 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos

| | |
|--|-----|
| 577 – Posição do novo Código | 683 |
| 578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos | 683 |

Parte VIII – O Processo nos Tribunais

Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais

| | |
|--|-----|
| 579 – Duplo grau de jurisdição | 685 |
| 580 – Competência dos tribunais | 685 |
| 581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais | 686 |
| 582 – Casos de competência originária dos tribunais | 686 |
| 583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil | 688 |
| 584 – O funcionamento dos tribunais | 689 |
| 585 – O sistema de julgamento dos tribunais | 689 |
| 585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais .. | 691 |
| 585-b – Adiamento e retomada do julgamento de tribunal | 692 |

§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira

| | |
|---|-----|
| 586 – A eficácia da sentença estrangeira | 695 |
| 587 – O sistema nacional | 695 |
| 588 – A homologação da sentença estrangeira | 696 |
| 589 – Natureza da decisão homologatória | 697 |
| 590 – O procedimento | 698 |
| 591 – A execução | 698 |

§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade

| | |
|---|-----|
| 592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro | 700 |
| 593 – Regulamentação legal | 700 |

| | |
|---|-----|
| 594 – O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais | 701 |
| 595 – Objeto da arguição de inconstitucionalidade | 701 |
| 596 – Iniciativa de arguição | 702 |
| 597 – Momento da arguição | 702 |
| 598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente | 702 |
| 599 – O julgamento da arguição | 702 |
| § 92 – Ação Rescisória | |
| 600 – Conceito | 705 |
| 601 – Pressupostos | 707 |
| 602 – Casos de admissibilidade da rescisória | 709 |
| 603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I) | 710 |
| 604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II) | 711 |
| 605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III) | 711 |
| 606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III) | 712 |
| 607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV) | 712 |
| 608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V) | 713 |
| 609 – Falsidade de prova (art. 485, VI) | 714 |
| 610 – Documento novo (art. 485, VII) | 714 |
| 611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII) | 715 |
| 612 – Erro de fato (art. 485, IX) | 716 |
| 613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória | 717 |
| 613-a – Sentença homologatória em processo contencioso | 718 |
| 614 – Legitimação | 719 |
| 615 – O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> | 720 |
| 616 – Multa de 5% sobre o valor da causa | 721 |
| 617 – A execução da sentença rescindenda | 722 |
| 618 – Indeferimento da inicial | 722 |
| 619 – Procedimento | 723 |
| 620 – Natureza e conteúdo da decisão | 724 |
| 620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé | 725 |
| 621 – Rescisória de rescisória | 727 |
| 622 – Prazo de propositura da ação rescisória | 727 |
| 622-a – Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente | 729 |
| 623 – Sentença nula de pleno direito | 733 |
| <i>Bibliografia</i> | 737 |
| <i>Índice Onomástico</i> | 747 |
| <i>Índice Alfabético de Assuntos</i> | 751 |
| <i>Índice dos Fluxogramas</i> | 777 |

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
Doutor em Direito. Advogado. Parecerista.

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Volume II

PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DA SENTENÇA
PROCESSO CAUTELAR E TUTELA DE URGÊNCIA

49ª edição

Revista, atualizada e ampliada



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 1985

49ª edição – 2014

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T289c

Theodoro Júnior, Humberto.

Curso de Direito Processual Civil – Processo de Execução e Cumprimento da Sentença, Processo Cautelar e Tutela de Urgência – vol. II – Humberto Theodoro Júnior – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-5292-1

1. Processo civil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título

CDU – 347.9

49.ª ed., 1.ª tir.: mar./2014; 2.ª tir.: maio/2014.

347.9(81)
/341.46/

822516

Índice da Matéria

ApresentaçãoXXIX

Processo de Execução e Cumprimento da Sentença Processo Cautelar e Tutela de Urgência

Parte IX – As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro Reformado

Capítulo XXII – Panorama das Vias Executivas

| | |
|---|----|
| § 93 – A Abolição da Ação de Execução de Sentença | 1 |
| 624 – Introdução | 1 |
| 625 – O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo | 2 |
| 626 – A história da execução forçada no direito antigo de origem românica | 4 |
| 627 – O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno | 6 |
| 628 – A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i> | 7 |
| 629 – As reformas com que, afinal, o direito brasileiro eliminou a <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias | 7 |
| 630 – Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro..... | 8 |
| 631 – Resumo dos propósitos da reforma operada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005..... | 9 |
| 632 – Algumas reações ao projeto de abolição completa da <i>actio iudicati</i> | 11 |
| 633 – Conclusões | 12 |
| 634 – Direito intertemporal | 15 |
| § 94 – Cumprimento da Sentença Condenatória..... | 17 |
| 635 – A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados..... | 17 |
| 636 – Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças..... | 19 |
| 636-a – A possibilidade de execução com base em sentença declaratória | 20 |
| 636-a-1 – Tutela interdita como padrão | 23 |
| 636-b – Cumprimento por iniciativa do devedor | 23 |
| 636-c – Sucumbência..... | 24 |

Capítulo XXIII – Cumprimento da Sentença Relativa às Obrigações de Fazer e Não Fazer

| | |
|--|----|
| § 95 – Noções Introdutórias..... | 27 |
| 637 – Noção de obrigação de fazer e não fazer | 27 |
| 638 – Execução específica e execução substitutiva..... | 28 |
| § 96 – Técnicas Processuais | 29 |
| 639 – Tutela específica | 29 |

| | |
|--|----|
| 639-a – Tutela substitutiva..... | 30 |
| 639-b – Defesa do executado | 31 |
| 639-c – Medidas de apoio | 32 |
| 639-d – A multa (<i>astreinte</i>) | 33 |
| 639-e – Execução da multa..... | 36 |
| 639-f – Obrigações de não fazer..... | 38 |
| 639-g – Encerramento do processo..... | 39 |

| | |
|--|----|
| § 97 – Regras Especiais Sobre a Sentença que Condena ao Cumprimento de Obrigação de Declarar Vontade | 40 |
| 640 – Execução das prestações de declaração de vontade | 40 |
| 640-a – Satisfação da contraprestação a cargo do exequente..... | 41 |
| 640-b – A execução das sentenças que condenam a declaração de vontade..... | 43 |
| 640-c – Natureza jurídica da sentença..... | 43 |

Capítulo XXIV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação de Entrega de Coisa

| | |
|---|----|
| § 98 – Noções Introdutórias..... | 45 |
| 641 – Noção de obrigação de dar (entrega de coisa) | 45 |
| 641-a – Execução específica e execução substitutiva | 45 |
| § 99 – Técnica Processual..... | 47 |
| 642 – Procedimento pós-sentença | 47 |
| 643 – Tutela substitutiva | 47 |
| 644 – Multa e outras medidas de apoio | 48 |
| 645 – Obrigação genérica..... | 48 |
| 646 – Retenção por benfeitorias | 49 |

Capítulo XXV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação por Quantia Certa

| | |
|---|----|
| § 100 – Noções Introdutórias..... | 51 |
| 647 – Noção de obrigação por quantia certa | 51 |
| 648 – Execução por quantia certa fundada em sentença | 51 |
| 649 – Multa legal..... | 52 |
| 649-a – Jurisprudência em torno do artigo 475-J..... | 54 |
| 649-b – Honorários de advogado..... | 55 |
| § 101 – Técnica Processual..... | 56 |
| 650 – Requerimento do credor | 56 |
| 651 – O procedimento executivo..... | 56 |
| § 102 – Defesa do Devedor | 58 |
| 652 – Impugnação do executado | 58 |
| 653 – Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença..... | 59 |
| 653-a – O cumprimento da sentença e a prescrição..... | 66 |
| 654 – Incompetência do juízo, impedimento ou suspeição do juiz..... | 67 |
| 655 – Regra especial para a impugnação ao excesso de execução | 67 |
| 655-a – O problema da iliquidez da sentença | 68 |
| 655-b – A sentença homologatória de transação e a defesa do executado | 69 |
| 656 – Procedimento da impugnação..... | 69 |
| 657 – Efeito da impugnação..... | 69 |
| 658 – Instrução probatória..... | 69 |
| 659 – Julgamento da impugnação..... | 70 |
| 659-a – Coisa julgada | 70 |

Capítulo XXVI – Os Títulos Judiciais Executivos

| | |
|---|-----|
| § 103 – Enumeração Legal..... | 73 |
| 660 – Noções introdutórias..... | 73 |
| 660-a – Medidas preparatórias..... | 74 |
| 660-b – Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença estrangeira.... | 74 |
| 660-c – Encerramento da execução de sentença..... | 75 |
| § 104 – Os Diversos Títulos Executivos Judiciais..... | 76 |
| 661 – Sentença condenatória civil..... | 76 |
| 662 – Nova visão dos efeitos da sentença declaratória..... | 78 |
| 663 – Sentenças de indenização por ato ilícito..... | 80 |
| 663-a – Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento..... | 82 |
| 664 – Pensionamento em salários mínimos..... | 83 |
| 665 – Sentença penal condenatória..... | 83 |
| 666 – Sentença homologatória de conciliação ou de transação..... | 85 |
| 667 – Homologação de acordo extrajudicial..... | 86 |
| 668 – Sentença arbitral..... | 86 |
| 669 – Sentença estrangeira..... | 87 |
| 670 – O formal de partilha..... | 87 |
| § 105 – Particularidades de Alguns Títulos Executivos Judiciais..... | 89 |
| 671 – Condenações a prestações alternativas..... | 89 |
| 672 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo..... | 89 |
| 672-a – Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo..... | 91 |
| 673 – Julgamento fracionado da lide..... | 91 |
| § 106 – Execução Provisória e Definitiva..... | 93 |
| 674 – Noções introdutórias..... | 93 |
| 675 – Fundamentos da execução provisória..... | 93 |
| 676 – Execução de título extrajudicial embargada..... | 94 |
| 677 – Situação do tema no Código..... | 95 |
| 678 – Normas básicas da execução provisória..... | 96 |
| 678-a – Incidentes da execução provisória..... | 98 |
| 678-b – Processamento da execução provisória..... | 98 |
| 678-c – Execução provisória por quantia certa..... | 99 |
| 678-d – Execução provisória e honorários advocatícios..... | 99 |
| § 107 – Competência..... | 100 |
| 679 – Juízo competente para o cumprimento da sentença..... | 100 |
| 679-a – Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença..... | 100 |
| 679-b – Competência opcional para o cumprimento da sentença relativa à obrigação por quantia certa..... | 101 |
| 679-c – Competência para cumprimento da sentença arbitral..... | 101 |
| 679-d – Competência para execução civil da sentença penal..... | 101 |
| 679-e – Competência internacional..... | 102 |

Capítulo XXVII – Título Judicial Ilíquido

| | |
|---|-----|
| § 108 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica..... | 103 |
| 680 – Sentença ilíquida..... | 103 |
| 681 – Execução da sentença ilíquida..... | 103 |

| | |
|--|-----|
| 681-a – Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais..... | 104 |
| 682 – Casos de iliquidez da sentença | 105 |
| 682-a – Natureza jurídica da liquidação da sentença | 105 |
| 682-b – A liquidação e os honorários advocatícios | 107 |
| 682-c – Limites da liquidação | 108 |
| 682-d – Contraditório | 108 |
| 682-e – Liqueidez parcial da sentença | 109 |
| 682-f – Liquidação por iniciativa do vencido | 109 |
| 682-g – Recursos | 109 |
| 682-h – Liquidação frustrada | 110 |
| § 109 – Procedimentos da Liquidação | 112 |
| 683 – Procedimentos possíveis | 112 |
| 683-a – Liquidação por cálculo | 112 |
| 683-b – Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos..... | 113 |
| 683-c – Memória de cálculo aparentemente excessiva..... | 114 |
| 683-d – Liquidação por arbitramento | 115 |
| 683-e – Liquidação por artigos..... | 115 |
| 683-f – A indisponibilidade do rito da liquidação..... | 116 |
| 683-g – Rescisão da decisão liquidatória..... | 117 |
| 683-h – Direito intertemporal..... | 118 |

Parte X – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

Capítulo XXVIII – Processo de Execução

| | |
|--|-----|
| § 110 – Princípios Gerais da Execução Forçada | 123 |
| 684 – Vias de execução | 123 |
| 685 – O processo judicial | 124 |
| 686 – Processo de conhecimento e processo de execução..... | 124 |
| 686-a – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento | 125 |
| 686-b – Visão unitária da jurisdição..... | 126 |
| 686-c – Realização da sanção: fim da execução forçada..... | 126 |
| 686-d – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada | 127 |
| 686-e – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos | 128 |
| 686-f – Meios de execução | 129 |
| 686-g – Autonomia do processo de execução..... | 129 |
| 686-h – Cumprimento da sentença e processo de execução | 130 |
| 686-i – Novos rumos da execução de sentença | 131 |
| 686-j – A reforma da execução do título extrajudicial | 131 |
| 686-l – Direito intertemporal..... | 134 |
| 686-m – Opção do credor entre ação ordinária de cobrança e ação de execução | 135 |
| § 111 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva | 137 |
| 687 – Princípios informativos do processo de execução | 137 |
| 687-a – Princípio da realidade: toda execução é real..... | 138 |
| 687-b – Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor.... | 138 |
| 687-c – Princípio da utilidade da execução | 138 |
| 687-d – Princípio da economia da execução | 139 |
| 687-e – Princípio da especificidade da execução | 139 |
| 687-f – Princípio dos ônus da execução | 139 |
| 687-g – Princípio do respeito à dignidade humana..... | 140 |

| | |
|--|-----|
| 687-h – Princípio da disponibilidade da execução..... | 140 |
| 687-i – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo | 141 |
| 687-j – Honorários advocatícios na desistência da execução | 142 |
| § 112 – Formas de Execução e Atos de Execução | 144 |
| 688 – As várias formas de execução..... | 144 |
| 688-a – Execução singular e execução coletiva | 144 |
| 689 – Atos de execução | 145 |
| 690 – Relação processual executiva | 146 |
| 691 – A citação executiva..... | 147 |
| § 113 – Execução Provisória e Definitiva | 148 |
| 692 – Procedimento da execução forçada..... | 148 |
| 692-a – Observações sobre a petição inicial | 149 |
| 692-b – Execução provisória de título extrajudicial..... | 150 |
| § 114 – Disposições Gerais..... | 152 |
| 693 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento | 152 |
| 694 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça | 152 |

Capítulo XXIX – Requisitos para Realizar Qualquer Execução

| | |
|---|-----|
| § 115 – Pressupostos e Condições da Execução Forçada..... | 155 |
| 695 – Pressupostos processuais e condições da ação | 155 |
| 696 – O título executivo | 156 |
| 696-a – Função do título executivo | 156 |
| 696-b – Efeito prático do título executivo | 157 |
| 696-c – Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível | 158 |
| 696-d – Formas dos títulos executivos | 159 |
| 697 – O inadimplemento do devedor | 160 |
| 697-a – O inadimplemento em contrato bilateral | 161 |

Capítulo XXX – A Relação Processual e seus Elementos

| | |
|---|-----|
| § 116 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução..... | 163 |
| 698 – Elementos do processo executivo..... | 163 |

Capítulo XXXI – Elementos Subjetivos (I)

| | |
|---|-----|
| § 117 – Partes – Legitimação Ativa | 165 |
| 699 – Nomenclatura | 165 |
| 700 – Legitimação ativa | 165 |
| 701 – Legitimação ativa originária do credor | 166 |
| 702 – Legitimação extraordinária do Ministério Público..... | 166 |
| 703 – Legitimação ativa derivada ou superveniente..... | 166 |
| 704 – Espólio | 167 |
| 705 – Herdeiros e sucessores..... | 168 |
| 706 – Cessionário | 169 |
| 707 – Sub-rogado | 169 |
| 708 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante | 170 |
| 709 – Terceiros interessados..... | 170 |

| | |
|--|-----|
| § 118 – Legitimação Passiva..... | 171 |
| 710 – Legitimação passiva..... | 171 |
| 711 – Dívida e responsabilidade..... | 171 |
| 712 – O devedor..... | 172 |
| 713 – Espólio e sucessores..... | 173 |
| 714 – O novo devedor..... | 174 |
| 715 – Fiador judicial..... | 175 |
| 715-a – Fiador extrajudicial..... | 176 |
| 716 – Responsável tributário..... | 178 |
| 717 – Revelia do devedor e curador especial..... | 180 |
| § 119 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução..... | 182 |
| 718 – Litisconsórcio..... | 182 |
| 719 – Assistência..... | 183 |
| 720 – Denúnciação da lide..... | 183 |
| 721 – Chamamento ao processo..... | 184 |
| § 120 – Processo Cumulativo..... | 186 |
| 722 – Cumulação de execuções..... | 186 |
| 722-a – Cúmulo subjetivo..... | 187 |

Capítulo XXXII – Elementos Subjetivos (II)

| | |
|--|-----|
| § 121 – O Órgão Judicial..... | 189 |
| 723 – Juízo competente para a execução..... | 189 |
| 723-a – Execução de sentença..... | 189 |
| 723-b – Competência para execução de títulos extrajudiciais..... | 190 |
| 723-c – Competência para a execução fiscal..... | 191 |
| 723-d – Título executivo extrajudicial estrangeiro..... | 191 |
| 723-e – Competência para deliberação sobre os atos executivos..... | 191 |

Capítulo XXXIII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

| | |
|--|-----|
| § 122 – Objeto da Atividade Executiva..... | 193 |
| 724 – Bens exequíveis..... | 193 |
| 724-a – Resquícios da execução pessoal..... | 193 |
| § 123 – Responsabilidade Patrimonial..... | 195 |
| 725 – Obrigação e responsabilidade..... | 195 |
| 726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor..... | 196 |
| 727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução..... | 197 |
| 728 – Responsabilidade executiva secundária..... | 197 |
| 729 – Excussão de bens do sucessor singular..... | 198 |
| 730 – Excussão de bens do sócio..... | 199 |
| 730-a – Desconsideração da personalidade jurídica..... | 200 |
| 731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica..... | 201 |
| 732 – Bens do devedor em poder de terceiros..... | 202 |
| 733 – Excussão de bens de devedor casado: tutela da meação..... | 202 |
| 734 – Bens alienados em fraude de execução..... | 203 |
| 735 – Casos de fraude de execução..... | 204 |
| 736 – Fraude de execução e insolvência do devedor..... | 206 |

| | |
|--|-----|
| 736-a – A fraude por meio de negócio financeiro..... | 208 |
| 736-b – A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude de execução | 209 |
| 736-c – A posição do terceiro adquirente em face da execução..... | 210 |
| 737 – Bens sujeitos ao direito de retenção..... | 211 |
| 738 – Excussão de bens do fiador..... | 212 |
| 739 – Bens de espólio..... | 212 |

Capítulo XXXIV – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

| | |
|--|-----|
| § 124 – Execução de Títulos Extrajudiciais | 213 |
| 740 – Execução de sentença e ação executiva..... | 213 |
| 741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança | 214 |
| § 125 – Títulos Executivos Extrajudiciais..... | 215 |
| 742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação | 215 |
| 743 – Títulos cambiários e cambiariformes..... | 216 |
| 744 – Duplicatas..... | 216 |
| 745 – Responsáveis cambiários | 217 |
| 746 – Documento público ou particular | 218 |
| 746-a – Contrato com convenção arbitral..... | 219 |
| 747 – Confissões de dívida | 219 |
| 747-a – Contrato de abertura de crédito | 220 |
| 748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução | 221 |
| 748-a – Execução hipotecária | 223 |
| 748-b – Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel | 225 |
| 749 – Classificação das garantias | 226 |
| 750 – Seguros | 227 |
| 751 – Rendas imobiliárias | 227 |
| 752 – Encargo de condomínio | 227 |
| 753 – Custas judiciais, emolumentos e honorários | 228 |
| 754 – Dívida ativa da Fazenda Pública | 229 |
| 755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título..... | 231 |
| 756 – Títulos executivos definidos em outras leis..... | 233 |
| 757 – Títulos estrangeiros | 233 |

Capítulo XXXV – Disposições Gerais

| | |
|--|-----|
| § 126 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução | 235 |
| 758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil | 235 |
| 759 – Direito de preferência gerado pela penhora..... | 235 |
| 759-a – Tutela aos privilégios emergentes da penhora..... | 237 |
| 760 – A documentação da petição inicial..... | 238 |
| 761 – Outras providências a cargo do credor | 238 |
| 762 – Obrigações alternativas..... | 238 |
| 763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto..... | 239 |
| 764 – Medidas acautelatórias..... | 239 |
| 764-a – Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público..... | 240 |
| 764-b – Efeito da averbação..... | 240 |
| 764-c – Abuso do direito de averbação | 240 |
| 765 – Dívida sujeita à contraprestação | 241 |

| | |
|---|-----|
| 766 – Petição inicial incompleta ou mal instruída | 241 |
| 767 – Execução e prescrição | 242 |
| 768 – Nulidades no processo de execução | 243 |
| 769 – Imperfeição do título executivo | 243 |
| 770 – Falta de título executivo..... | 244 |
| 771 – Nulidade da execução fiscal | 244 |
| 772 – Vício da citação..... | 245 |
| 773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo..... | 246 |
| 774 – A arguição das nulidades | 246 |
| 775 – A arrematação de bem gravado com direito real..... | 247 |
| 775-a – Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor | 248 |
| 776 – Execução realizável por vários meios | 248 |
| 776-a – Peculiaridades da citação executiva | 249 |

Capítulo XXXVI – Execução para Entrega de Coisa

| | |
|---|-----|
| § 127 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Entrega de Coisa..... | 251 |
| 777 – Conceito..... | 251 |
| 778 – Entrega de coisa certa | 252 |
| 779 – Procedimento | 252 |
| 779-a – Cominação de multa diária | 253 |
| 780 – Efeito dos embargos..... | 254 |
| 781 – Alienação da coisa devida..... | 254 |
| 782 – Execução da obrigação substitutiva | 255 |
| 783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção..... | 256 |
| 784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i> | 256 |
| 784-a – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> (Lei nº 10.444, de 07.05.02) | 257 |
| 784-b – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa | 257 |
| 784-c – Embargos de retenção | 258 |
| 785 – Execução para entrega de coisa incerta | 258 |
| 786 – Medidas de coerção e apoio | 259 |

Capítulo XXXVII – Execução das Obrigações de Fazer e não Fazer

| | |
|--|-----|
| § 128 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e não Fazer..... | 263 |
| 787 – O problema da execução das prestações de fato..... | 263 |
| 788 – Fungibilidade das prestações | 264 |
| 789 – <i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação | 264 |
| 789-a – As <i>Astreintes</i> e a tutela de urgência..... | 266 |
| 790 – Distingões preliminares | 266 |
| 791 – Princípios comuns | 266 |
| 792 – A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444 | 267 |
| 793 – Execução das prestações fungíveis | 268 |
| 794 – Realização da prestação fungível por terceiro..... | 268 |
| 795 – Inadimplência do terceiro contratante | 270 |
| 796 – Realização da prestação pelo próprio credor..... | 270 |
| 796-a – O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art – 634 do CPC. | 271 |
| 797 – Autotutela prevista no novo Código Civil..... | 271 |
| 798 – Execução das prestações infungíveis..... | 272 |
| 799 – Execução das obrigações de não fazer | 273 |
| 800 – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias | 273 |

Capítulo XXXVIII – Execução por Quantia Certa

| | |
|--|-----|
| § 129 – Noções Gerais | 279 |
| 801 – O objetivo da execução por quantia certa | 279 |
| 802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados | 280 |
| 803 – Espécies | 281 |

Capítulo XXXIX – Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente

| | |
|--|-----|
| § 130 – Fase de Proposição | 283 |
| 804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente | 283 |
| 805 – Proposição | 284 |
| 805-a – Procedimento da penhora e avaliação | 285 |
| 806 – Arresto de bens do devedor não encontrado | 286 |
| 806-a – Honorários de advogado em execução de título extrajudicial | 286 |
| 806-b – Redução da verba honorária | 289 |

Capítulo XL – Fase de Instrução (I)

| | |
|---|-----|
| § 131 – Penhora | 291 |
| 807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa | 291 |
| 808 – Natureza jurídica da penhora | 292 |
| 809 – Função da penhora | 293 |
| 810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros | 294 |
| 811 – Penhora de imóvel | 296 |
| 812 – Averbação da penhora no registro imobiliário | 298 |
| 812-a – Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução | 299 |
| § 132 – Objeto da Penhora | 301 |
| 813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis | 301 |
| 814 – Bens absolutamente impenhoráveis | 302 |
| 814-a – Ressalva geral à regra da impenhorabilidade | 308 |
| 814-b – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família | 308 |
| 814-c – Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal | 310 |
| 815 – Bens relativamente impenhoráveis | 311 |
| 816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil | 312 |
| 817 – Limites da penhora | 314 |
| 817-a – Valor dos bens penhoráveis | 315 |
| 818 – Escolha dos bens a penhorar | 315 |
| 819 – A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar | 316 |
| 820 – Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes | 317 |
| 820-a – Penhora sobre os bens escolhidos pelo devedor | 317 |
| 820-b – Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar | 318 |
| 820-c – Situação dos bens a penhorar | 319 |
| 821 – Bens fora da comarca | 319 |
| § 133 – Realização e Formalização da Penhora | 321 |
| 822 – Penhora pelo oficial de justiça | 321 |
| 822-a – Penhora de bens em mãos de terceiro | 322 |
| 822-b – Dificuldade na localização dos bens a penhorar | 322 |

| | |
|--|-----|
| 822-c – Frustração da diligência | 322 |
| 823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial..... | 322 |
| 824 – Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão | 323 |
| 825 – Intimação de penhora | 324 |
| § 134 – Penhoras Especiais..... | 326 |
| 826 – Particularidades da penhora de certos bens | 326 |
| 826-a – Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira | 326 |
| 826-b – Impenhorabilidade do saldo bancário..... | 328 |
| 826-c – Penhora de parte do faturamento da empresa executada..... | 329 |
| 826-d – Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento | 330 |
| 826-e – Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa | 331 |
| 826-f – Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge não devedor..... | 332 |
| 827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais | 333 |
| 827-a – Penhora de ações e quotas de sociedades empresárias..... | 333 |
| 828 – Penhora de direitos e ações | 334 |
| 829 – Penhora sobre créditos do executado..... | 335 |
| 830 – Sub-rogação do exequente nos direitos do executado..... | 336 |
| 830-a – Penhora de crédito do executado frente ao próprio exequente | 336 |
| 831 – Penhora no rosto dos autos | 337 |
| 832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas | 337 |
| 833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos..... | 338 |
| 834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público | 338 |
| 834-a – Penhora de imóvel integrante do estabelecimento da empresa..... | 339 |
| 835 – Penhora de navio ou aeronave..... | 339 |
| 836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens..... | 339 |
| § 135 – Alterações e Resgate da Penhora | 341 |
| 837 – Modificações da penhora | 341 |
| 837-a – Substituição da penhora..... | 342 |
| 837-b – Substituição por iniciativa de qualquer das partes | 343 |
| 837-c – Substituição por iniciativa do executado..... | 343 |
| 837-d – Ausência de prejuízo para o exequente na substituição..... | 344 |
| 837-e – Menor onerosidade para o executado..... | 344 |
| 837-f – Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro | 345 |
| 838 – Remição da execução por quantia certa | 346 |
| § 136 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados..... | 347 |
| 839 – Depósito dos bens penhorados..... | 347 |
| 840 – Escolha do depositário..... | 347 |
| 840-a – Depósito dos bens imóveis | 348 |
| 840-b – Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira..... | 348 |
| 840-c – Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos | 348 |
| 841 – Função do depositário | 349 |
| 842 – Alienação antecipada dos bens penhorados | 349 |
| 843 – Depositário comum e depositário administrador | 350 |
| 844 – Responsabilidade do depositário | 350 |
| 845 – Entrega de bens após a expropriação executiva..... | 350 |
| 846 – Prisão civil do depositário judicial..... | 351 |

Capítulo XLI – Fase de Instrução (II)

| | |
|----------------------------|-----|
| § 137 – Expropriação | 353 |
|----------------------------|-----|

| | |
|---|-----|
| 847 – Conceito..... | 353 |
| 848 – Avaliação..... | 354 |
| 848-a – O encarregado da avaliação..... | 355 |
| 848-b – Laudo de avaliação | 355 |
| 848-c – Dispensa da avaliação | 356 |
| 848-d – Avaliação de bem imóvel..... | 356 |
| 848-e – Avaliação e contraditório | 357 |
| 848-f – Repetição da avaliação | 357 |
| 848-g – Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva..... | 358 |
| § 138 – Adjudicação | 360 |
| 849 – Introdução..... | 360 |
| 850 – Conceito de adjudicação..... | 360 |
| 851 – Requisitos da adjudicação | 361 |
| 851-a – Depósito do preço | 362 |
| 851-b – Legitimação para adjudicar..... | 362 |
| 851-c – Adjudicação por credor | 363 |
| 851-d – Adjudicação por cônjuge, descendente ou ascendente do executado | 364 |
| 851-e – Prazo para a adjudicação..... | 364 |
| 852 – Concurso entre pretendentes à adjudicação..... | 365 |
| 853 – Auto de adjudicação | 366 |
| 853-a – Aperfeiçoamento da adjudicação | 367 |
| 853-b – Carta de adjudicação | 367 |
| § 139 – Alienação por iniciativa particular | 368 |
| 854 – As atuais dimensões da expropriação judicial através de alienação por iniciativa particular | 368 |
| 854-a – O preço mínimo para a alienação por iniciativa particular | 369 |
| 855 – Formalização da alienação por iniciativa particular..... | 371 |
| 856 – Carta de alienação..... | 371 |
| § 140 – Alienação em hasta pública | 373 |
| 857 – Conceito de hasta pública e arrematação | 373 |
| 858 – Espécies de hasta pública e conteúdo dos editais..... | 374 |
| 859 – Leilão e praça | 375 |
| 860 – Editais e outras divulgações da hasta pública | 375 |
| 861 – Intimação do devedor | 376 |
| 861-a – Outras intimações | 377 |
| 862 – Adiamento da hasta pública | 378 |
| 863 – A hasta pública..... | 378 |
| 864 – Legitimação para arrematar | 379 |
| 865 – Forma de pagamento da arrematação | 380 |
| 866 – Auto de arrematação..... | 381 |
| 867 – Arrematação de imóveis | 382 |
| 867-a – Oportunidade da proposta de arrematação a prazo | 383 |
| 867-b – Requisitos mínimos da proposta | 383 |
| 867-c – O cumprimento das prestações..... | 383 |
| 868 – Perda de eficácia da arrematação..... | 383 |
| 869 – Natureza da perda de efeitos da arrematação | 387 |
| 870 – Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor | 388 |
| 871 – Carta de arrematação..... | 388 |
| 872 – Efeitos da arrematação | 390 |
| 873 – Evicção e arrematação | 391 |
| 874 – Vícios redibitórios | 392 |

| | |
|--|-----|
| 875 – Ação anulatória da arrematação..... | 392 |
| 876 – Remição dos bens arrematados..... | 393 |
| Capítulo XLII – Fase de Satisfação | |
| § 141 – Pagamento ao Credor..... | 395 |
| 877 – Satisfação do direito do credor..... | 395 |
| 877-a – Última etapa do processo de execução..... | 396 |
| § 142 – Pagamento por Entrega do Dinheiro..... | 397 |
| 878 – Entrega do dinheiro..... | 397 |
| 879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução..... | 397 |
| 879-a – O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado.. | 399 |
| 880 – Procedimento do concurso particular..... | 400 |
| § 143 – Pagamento por Usufruto Forçado..... | 401 |
| 881 – Usufruto de móvel ou imóvel..... | 401 |
| 882 – Efeitos do usufruto judicial..... | 403 |
| Capítulo XLIII – Execução Contra a Fazenda Pública | |
| § 144 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa Contra o Poder Público | 407 |
| 883 – Execução forçada contra a Fazenda Pública..... | 407 |
| 883-a – Julgamento..... | 409 |
| 883-b – Sequestro de verbas públicas..... | 410 |
| 884 – Exceções ao regime dos precatórios..... | 411 |
| 884-a – Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais..... | 412 |
| 884-b – Credores listisconsorciados..... | 412 |
| 884-c – Possibilidade de fracionamento do precatório..... | 413 |
| 884-d – Cessão e compensação no âmbito dos precatórios..... | 414 |
| 885 – Execução por quantia certa fundada em sentença..... | 415 |
| 886 – Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta..... | 415 |
| 887 – Execução provisória..... | 416 |
| 888 – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários..... | 417 |
| 888-a – Procedimento para obtenção do precatório complementar..... | 418 |
| 889 – Execução de obrigação de dar..... | 419 |
| 890 – Embargos à execução contra a Fazenda Pública..... | 419 |
| Capítulo XLIV – Execução da Obrigação de Alimentos | |
| § 145 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos.... | 423 |
| 891 – Execução da prestação alimentícia..... | 423 |
| 891-a – A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença (Lei nº 11.232, de 22.12.2005)..... | 423 |
| 892 – Averbação em folha de pagamento..... | 424 |
| 893 – Prisão civil do devedor..... | 424 |
| 894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos..... | 425 |
| 895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art – 733)..... | 426 |
| 895-a – Execução provisória..... | 427 |
| Parte XI – Oposição à Execução Forçada | |
| Capítulo XLV – Resistência do Devedor e de Terceiros | |
| § 146 – Embargos do Devedor..... | 429 |
| 896 – Resistência à execução..... | 429 |

| | |
|---|-----|
| 896-a – Outros meios impugnativos | 430 |
| 896-b – Embargos e impugnação | 431 |
| 897 – Natureza jurídica dos embargos à execução..... | 434 |
| 897-a – Classificação dos embargos do devedor | 434 |
| 898 – Legitimação | 435 |
| 898-a – Autonomia dos embargos de cada coexecutado | 436 |
| 899 – Competência | 437 |
| 900 – Generalidades sobre o processamento dos embargos..... | 438 |
| 900-a – Segurança do juízo | 440 |
| 900-b – Prazo para propositura dos embargos do devedor..... | 441 |
| 900-c – Litisconsórcio passivo e prazo para embargar | 442 |
| 901 – Rejeição liminar dos embargos..... | 443 |
| 902 – Procedimento | 445 |
| 903 – A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios..... | 446 |
| 903-a – Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé | 447 |
| 904 – Os embargos à execução e a revelia do embargado | 448 |
| 905 – Efeitos dos embargos sobre a execução | 450 |
| 905-a – Atribuição de efeito suspensivo aos embargos | 450 |
| 905-b – Embargos parciais..... | 451 |
| 905-c – Embargos de um dos coexecutados..... | 451 |
| 906 – Embargos fundados em excesso de execução..... | 452 |
| 907. Embargos à execução de sentença | 452 |
| 908 – Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento | 453 |
| 909 – Embargos de retenção por benfeitorias | 454 |
| 910 – Embargos à execução de título extrajudicial..... | 454 |
| 910-a – Arguição de nulidade da execução | 455 |
| 910-b – Vícios da penhora e da avaliação..... | 456 |
| 910-c – Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções..... | 457 |
| 910-d – Retenção por benfeitorias..... | 458 |
| 910-e – Defesas próprias do processo de conhecimento..... | 458 |
| 910-f – Pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente | 459 |
| 911 – Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução..... | 460 |
| 911-a – Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação..... | 461 |
| 911-b – Legitimação para os embargos do art. 746..... | 462 |
| 911-c – Objeto dos embargos do art. 746 | 462 |
| 911-d – A posição especial do arrematante..... | 463 |
| 911-e – Litigância de má-fé nos embargos do art. 746 | 464 |
| 911-f – Efeito suspensivo dos embargos à aquisição dos bens penhorados..... | 464 |
| 911-g – Sucumbência e recurso nos embargos do art. 746 | 465 |
| 912 – Exceção de pré-executividade..... | 465 |
| 912-a – Sucumbência na exceção de pré-executividade | 467 |
| § 147 – Parcelamento Forçado do Crédito Exequendo | 469 |
| 913 – Moratória legal | 469 |
| 913-a – Requisitos para a obtenção do parcelamento | 469 |
| 913-b – Procedimento do incidente..... | 470 |
| 913-c – Indeferimento do parcelamento..... | 471 |
| 913-d – Descumprimento do parcelamento | 471 |
| § 148 – Embargos de Terceiro | 472 |

| | |
|--|-----|
| 914 – Conceito..... | 472 |
| 915 – Legitimação ativa..... | 472 |
| 916 – Legitimação passiva..... | 473 |
| 917 – Valor da causa..... | 473 |
| 918 – Competência..... | 474 |
| 919 – Oportunidade..... | 474 |
| 920 – Julgamento e recurso..... | 474 |
| 921 – Procedimento..... | 474 |
| 922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real..... | 475 |
| 923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro..... | 476 |

Parte XII – Insolvência Civil

Capítulo XLVI – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

| | |
|---|-----|
| § 149 – Execução Concursal..... | 477 |
| 924 – Execução coletiva e execução singular..... | 477 |
| 925 – Pressupostos da execução coletiva..... | 478 |
| 926 – Efeitos da declaração de insolvência..... | 480 |
| 927 – Características da execução coletiva..... | 481 |
| 928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil..... | 481 |
| § 150 – Primeira Fase do Processo de Insolvência..... | 483 |
| 929 – Apuração ou verificação da insolvência – Natureza jurídica do processo..... | 483 |
| 930. Caracterização da insolvência..... | 484 |
| § 151 – Espécies de Procedimentos Concursais e Iniciativa do Processo..... | 486 |
| 931 – Legitimação..... | 486 |
| 932 – Insolvência requerida pelo credor..... | 487 |
| 933 – Caráter facultativo da ação concursal..... | 488 |
| 934 – Insolvência de cônjuges..... | 488 |
| 935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor..... | 489 |
| § 152 – Procedimentos da Execução Coletiva..... | 490 |
| 936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor..... | 490 |
| 937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio..... | 491 |
| § 153 – Competência para a Execução Concursal..... | 494 |
| 938 – Competência..... | 494 |
| § 154 – Sentença Declaratória de Insolvência..... | 495 |
| 939 – Declaração judicial de insolvência..... | 495 |
| § 155 – Administração da Massa..... | 497 |
| 940 – O administrador da massa..... | 497 |
| 941 – Atribuições do administrador..... | 498 |
| § 156 – Concurso de Credores..... | 499 |
| 942 – Verificação e classificação dos créditos..... | 499 |
| 943 – Credores retardatários e credores sem título executivo..... | 500 |
| 944 – Quadro geral de credores..... | 501 |
| § 157 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo..... | 503 |

| | |
|--|-----|
| 945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores | 503 |
| 946 – Encerramento e suspensão do processo | 504 |
| 947 – Saldo devedor..... | 505 |
| 948 – Extinção das obrigações | 505 |
| § 158 – Disposições Gerais..... | 508 |
| 949 – Concordata civil..... | 508 |
| 950 – Pensão para o devedor..... | 508 |
| 951 – Insolvência de pessoas jurídicas | 509 |
| 951-a – Editais..... | 509 |

Parte XIII – Crises da Execução e Sistema Recursal

Capítulo XLVII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

| | |
|---|-----|
| § 159 – Vicissitudes do Processo Executivo..... | 513 |
| 952 – Suspensão da execução | 513 |
| 953 – Casos de suspensão..... | 514 |
| 954 – Suspensão provocada por embargos..... | 515 |
| 955 – Suspensão prevista no art. 265, n ^{os} I a III..... | 515 |
| 955-a – Suspensão por transação | 516 |
| 956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis..... | 516 |
| 957 – Efeitos da suspensão | 518 |
| 958 – Extinção da execução..... | 519 |
| 959 – Extinção por satisfação do direito do credor..... | 519 |
| 960 – Extinção por remissão da dívida | 519 |
| 961 – Extinção por renúncia..... | 520 |
| 962 – Outros casos de extinção da execução..... | 520 |
| 963 – Sentença de extinção | 521 |
| 964 – Coisa julgada | 522 |
| § 160 – Recursos no Processo de Execução..... | 524 |
| 965 – O problema recursal na execução..... | 524 |
| 966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes..... | 524 |
| 967 – Casos de cabimento da apelação..... | 525 |
| 968 – Casos de agravo de instrumento | 525 |
| 969 – Efeitos dos recursos | 526 |
| 969-a – Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação | 526 |
| 970 – Causas de alçada | 527 |

Parte XIV – Processo Cautelar

Capítulo XLVIII – Noções Gerais

| | |
|--|-----|
| § 161 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo | 529 |
| 971 – Processo e tempo..... | 529 |
| 972 – Processo principal e processo cautelar | 530 |
| 973 – A ação cautelar | 531 |
| 974 – Medidas cautelares..... | 531 |
| 975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade..... | 532 |
| 976 – Provisoriedade..... | 533 |
| 977 – Revogabilidade..... | 533 |

| | |
|--|-----|
| 978 – Autonomia | 534 |
| 979 – Classificação das medidas cautelares | 535 |
| 980 – Classificação do direito positivo..... | 535 |
| 981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil | 537 |
| 982 – Medidas cautelares contenciosas e não contenciosas | 537 |
| 982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória..... | 538 |
| § 162 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar..... | 540 |
| 983 – Requisitos da tutela cautelar..... | 540 |
| 984 – O <i>fumus boni iuris</i> | 540 |
| 985 – <i>Periculum in mora</i> | 541 |
| 986 – Oportunidade da providência cautelar | 542 |
| 987 – Tutela cautelar <i>ex officio</i> | 542 |
| 988 – Caráter incidental da medida cautelar <i>ex officio</i> | 544 |
| § 163 – Poder Geral de Cautela | 545 |
| 989 – Medidas típicas e medidas atípicas..... | 545 |
| 990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica..... | 546 |
| 991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas | 546 |
| 992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas..... | 546 |
| 993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica | 547 |
| 994 – Opção entre medida típica e medida atípica | 548 |
| 995 – Aplicação prática de medidas atípicas | 548 |
| 996 – Limites do poder geral de cautela | 549 |

Capítulo XLIX – Relação Processual Cautelar

| | |
|--|-----|
| § 164 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar | 553 |
| 997 – Legitimidade..... | 553 |
| 998 – Competência | 554 |
| 999 – Competência e prevenção do juízo | 554 |
| 1.000 – Competência cautelar em grau recursal..... | 556 |
| 1.000-a – Intervenção de terceiros | 557 |
| § 165 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar | 559 |
| 1.001 – Objetos da tutela cautelar..... | 559 |
| 1.002 – Provas | 559 |
| 1.003 – Instrução do processo cautelar..... | 560 |
| 1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar..... | 561 |

Capítulo L – Procedimento

| | |
|--|-----|
| § 166 – O Procedimento da Ação Cautelar..... | 563 |
| 1.005 – O procedimento da ação cautelar..... | 563 |
| 1.006 – Procedimentos cautelares..... | 564 |
| 1.007 – Autuação própria | 564 |
| 1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares..... | 564 |
| 1.009 – Estabelecimento da relação jurídico-processual | 566 |
| § 167 – Petição Inicial da Ação Cautelar | 567 |
| 1.010 – Petição inicial | 567 |

| | |
|--|-----|
| 1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária | 568 |
| 1.012 – Lide e seu fundamento | 568 |
| 1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão | 569 |
| 1.014 – Provas a produzir | 570 |
| 1.015 – O pedido | 570 |
| 1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido | 570 |
| § 168 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento | 572 |
| 1.017 – A defesa do requerido | 572 |
| 1.018 – Contestação, exceção e reconvenção | 572 |
| 1.019 – Revelia | 573 |
| 1.020 – Audiência de instrução e julgamento | 573 |
| § 169 – Medida Liminar e Contracautela | 574 |
| 1.021 – Medida cautelar <i>inaudita altera parte</i> | 574 |
| 1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar | 575 |
| 1.023 – Contracautela | 576 |
| Capítulo LI – Sentença e Execução em Processo Cautelar | |
| § 170 – Sentença Cautelar | 579 |
| 1.024 – Julgamento da pretensão cautelar | 579 |
| 1.025 – Coisa julgada | 579 |
| 1.026 – Limites da sentença | 580 |
| 1.027 – Fundamentação | 580 |
| 1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios | 580 |
| § 171 – Execução das Medidas Cautelares | 583 |
| 1.029 – Execução em matéria cautelar | 583 |
| 1.030 – Figura unitária do processo cautelar | 583 |
| 1.031 – Impossibilidade de embargos à execução | 584 |
| 1.032 – Prazo para executar a medida cautelar | 584 |
| Capítulo LII – Vicissitudes das Medidas Cautelares | |
| § 172 – Fungibilidade | 587 |
| 1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares | 587 |
| 1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar | 587 |
| 1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva | 588 |
| 1.036 – Procedimento | 588 |
| § 173 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo | 590 |
| 1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar | 590 |
| 1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal | 590 |
| 1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal | 591 |
| 1.040 – Conclusão | 591 |
| 1.041 – Suspensão do processo | 592 |
| § 174 – Extinção da Medida Cautelar | 593 |
| 1.042 – Formas de extinção da medida cautelar | 593 |
| 1.043 – Processamento da extinção | 593 |
| 1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia | 594 |
| § 175 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar | 595 |

| | |
|--|-----|
| 1.045 – Modificabilidade e revogabilidade..... | 595 |
| 1.046 – Procedimento | 596 |
| 1.047 – Revogação de medida cautelar liminar | 596 |

Capítulo LIII – Recursos No Processo Cautelar

| | |
|--|-----|
| § 176 – Remédios Recursais..... | 597 |
| 1.048 – Apelação | 597 |
| 1.049 – Agravo..... | 597 |
| 1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial..... | 598 |

Capítulo LIV – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar

| | |
|--|-----|
| § 177 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar | 599 |
| 1.051 – Responsabilidade civil do promovente..... | 599 |
| 1.052 – Liquidação e execução da indenização | 600 |

Capítulo LV – Procedimentos Cautelares Específicos

| | |
|--|-----|
| § 178 – Arresto | 601 |
| 1.053 – Conceito..... | 601 |
| 1.054 – Arresto e sequestro..... | 602 |
| 1.055 – Pressupostos para concessão do arresto | 602 |
| 1.056 – Prova de dívida líquida e certa..... | 602 |
| 1.057 – Fundado receio de dano | 603 |
| 1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto..... | 604 |
| 1.059 – Prova documental | 604 |
| 1.060 – Justificação prévia | 604 |
| 1.061 – Caução | 604 |
| 1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente..... | 605 |
| 1.063 – Bens arrestáveis | 606 |
| 1.064 – Legitimação para a ação de arresto | 606 |
| 1.065 – Competência | 607 |
| 1.066 – Procedimento | 607 |
| 1.067 – Execução do arresto | 608 |
| 1.068 – Depositário | 608 |
| 1.069 – Suspensão da execução do arresto | 609 |
| 1.070 – Efeitos do arresto..... | 609 |
| 1.071 – Extinção do arresto | 610 |
| § 179 – Sequestro..... | 612 |
| 1.072 – Conceito..... | 612 |
| 1.073 – Ação de sequestro | 612 |
| 1.074 – Procedimento | 613 |
| 1.075 – Disciplina comum do arresto e do sequestro | 613 |
| 1.076 – Cabimento do sequestro..... | 613 |
| 1.077 – Objeto do sequestro | 614 |
| 1.078 – Requisitos de admissibilidade do sequestro..... | 614 |
| 1.079 – Casuísmo legal..... | 615 |
| 1.080 – Receio de rixas e danificações..... | 615 |
| 1.081 – Sequestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando..... | 617 |
| 1.082 – Sequestro a propósito de ações matrimoniais | 617 |
| 1.083 – Outras previsões legais de sequestro | 617 |

| | |
|---|-----|
| 1.084 – Execução e efeitos do sequestro | 618 |
| § 180 – Caução | 620 |
| 1.085 – Conceito | 620 |
| 1.086 – Classificação | 620 |
| 1.087 – Cauções legais | 621 |
| 1.088 – Cauções negociais | 621 |
| 1.089 – Caução processual | 621 |
| 1.090 – A ação de caução | 621 |
| 1.091 – Objeto da caução | 622 |
| 1.092 – Legitimação e competência | 622 |
| 1.093 – Procedimento | 623 |
| 1.094 – Cauções tipicamente cautelares | 624 |
| 1.095 – Execução da sentença | 624 |
| 1.096 – Caução às custas | 624 |
| 1.097 – Reforço da caução | 625 |
| § 181 – Busca e Apreensão | 627 |
| 1.098 – Conceito | 627 |
| 1.099 – Classificação | 627 |
| 1.100 – Pressupostos | 628 |
| 1.101 – Objeto | 628 |
| 1.102 – Competência | 629 |
| 1.103 – Procedimento | 629 |
| 1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais | 630 |
| § 182 – Exibição | 632 |
| 1.105 – Conceito | 632 |
| 1.106 – Ação de exibição | 632 |
| 1.107 – Classificação | 633 |
| 1.108 – Exibição incidental | 633 |
| 1.109 – Ação cautelar exibirória | 634 |
| 1.110 – Exibição de coisas móveis | 634 |
| 1.111 – Exibição de documentos | 635 |
| 1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial | 635 |
| 1.113 – Procedimento da ação exibirória contra parte | 636 |
| 1.114 – Procedimento da ação exibirória contra terceiro | 638 |
| 1.115 – Eficácia da exibição | 639 |
| 1.116 – Prevenção de competência | 639 |
| 1.117 – Ação exibirória e medida liminar | 639 |
| § 183 – Produção Antecipada de Provas | 642 |
| 1.118 – Antecipação de prova | 642 |
| 1.119 – Ação cautelar antecipatória | 642 |
| 1.120 – Cabimento | 643 |
| 1.121 – Oportunidade | 645 |
| 1.122 – Objeto da antecipação de prova | 645 |
| 1.123 – Competência | 645 |
| 1.124 – Procedimento | 646 |
| 1.125 – Sentença | 647 |
| 1.126 – Valoração da prova antecipada | 647 |
| 1.127 – Eficácia | 647 |
| 1.128 – Medida <i>inaudita altera parte</i> | 647 |

| | |
|---|-----|
| 1.129 – Despesas processuais | 648 |
| 1.130 – Destino dos autos | 648 |
| § 184 – Alimentos Provisionais..... | 650 |
| 1.131 – Alimentos..... | 650 |
| 1.132 – Alimentos provisionais..... | 650 |
| 1.133 – Cabimento e oportunidade | 651 |
| 1.134 – Legitimação | 652 |
| 1.135 – Competência | 653 |
| 1.136 – Procedimento | 653 |
| 1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais | 654 |
| 1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais | 654 |
| 1.139 – Outras ações de cunho alimentar | 655 |
| 1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos..... | 655 |
| 1.141 – Execução | 656 |
| § 185 – Arrolamento de Bens | 658 |
| 1.142 – Conceito..... | 658 |
| 1.143 – Pressupostos | 658 |
| 1.144 – Objetivo da medida..... | 659 |
| 1.145 – Legitimação | 659 |
| 1.146 – Procedimento | 659 |
| 1.147 – O contraditório | 660 |
| 1.148 – Sentença..... | 661 |
| 1.149 – Eficácia | 661 |
| § 186 – Justificação | 663 |
| 1.150 – Conceito..... | 663 |
| 1.151 – Natureza jurídica..... | 663 |
| 1.152 – Objetivo..... | 664 |
| 1.153 – Competência | 664 |
| 1.154 – Procedimento | 664 |
| 1.155 – Julgamento da justificação | 665 |
| § 187 – Protestos, Notificações e Interpelações..... | 667 |
| 1.156 – Conceito..... | 667 |
| 1.157 – Protesto | 667 |
| 1.158 – Notificação | 668 |
| 1.159 – Interpelação..... | 669 |
| 1.160 – Indeferimento do pedido..... | 669 |
| 1.161 – Contraprotesto | 670 |
| 1.162 – Procedimento | 671 |
| 1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos | 672 |
| § 188 – Homologação do Penhor Legal | 674 |
| 1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação | 674 |
| 1.165 – Natureza jurídica da medida processual..... | 675 |
| 1.166 – Procedimento | 675 |
| 1.167 – Sentença..... | 676 |
| 1.168 – Execução | 676 |
| § 189 – Posse em Nome do Nascituro..... | 679 |
| 1.169 – Conceito..... | 679 |

| | |
|---|-----|
| 1.170 – Natureza da ação..... | 679 |
| 1.171 – Legitimação | 680 |
| 1.172 – Procedimento | 680 |
| 1.173 – Sentença..... | 681 |
| 1.174 – Efeitos..... | 682 |
| § 190 – Atentado | 684 |
| 1.175 – Conceito..... | 684 |
| 1.176 – O atentado no Código de Processo Civil..... | 684 |
| 1.177 – Cabimento..... | 685 |
| 1.178 – Pressupostos do atentado | 685 |
| 1.179 – Exame do casuísmo legal..... | 685 |
| 1.180 – Legitimidade..... | 687 |
| 1.181 – Competência | 687 |
| 1.182 – Procedimento | 688 |
| 1.183 – Sentença..... | 689 |
| 1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo..... | 689 |
| 1.184-a – Perdas e danos | 690 |
| § 191 – Protesto e Apreensão de Títulos..... | 692 |
| 1.185 – Protesto cambiário..... | 692 |
| 1.185-a – Procedimento..... | 693 |
| 1.185-b – Registro do protesto | 693 |
| 1.185-c – Dúvidas do Oficial | 693 |
| 1.185-d – Apreensão do título e prisão do devedor..... | 694 |
| § 192 – Outras Medidas Provisionais..... | 698 |
| 1.186 – As medidas provisionais do art – 888 do CPC..... | 698 |
| 1.186-a – Procedimento | 698 |

Parte XV – Tutela Jurisdicional Diferenciada

Capítulo LVI – Tutela de Urgência

| | |
|--|-----|
| § 193 – Noções Introdutórias..... | 701 |
| 1.187 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material | 701 |
| 1.187-a – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro | 702 |
| 1.187-b – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade | 703 |
| 1.187-c – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro | 705 |
| 1.187-d – A visão unitária da tutela de urgência..... | 707 |
| 1.187-e – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444, de 07.05.02..... | 709 |
| 1.187-f – Conclusão | 711 |
| § 194 – Tutela Antecipada..... | 712 |
| 1.188 – Introito | 712 |
| 1.188-a – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela | 714 |
| 1.188-b – Justificação da tutela antecipada | 715 |
| 1.188-c – Conceito de tutela antecipada..... | 716 |
| 1.188-d – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais..... | 717 |
| 1.188-e – Casos de antecipação de tutela..... | 719 |

| | |
|---|-----|
| 1.188-e-1 – Contestação parcial..... | 720 |
| 1.188-f – Extensão..... | 721 |
| 1.188-g – Pressupostos..... | 722 |
| 1.188-h – Outros pressupostos..... | 723 |
| 1.188-i – Momento ou oportunidade..... | 723 |
| 1.188-j – Provisoriamente..... | 725 |
| 1.188-l – Reversibilidade..... | 725 |
| 1.188-m – Pessoas jurídicas de direito público..... | 726 |
| 1.188-n – Tutela cautelar e tutela antecipada..... | 727 |
| 1.188-o – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada..... | 729 |
| 1.188-p – Conclusão..... | 729 |
| § 195 – Antecipação de Tutela em Ações Declaratórias e Constitutivas..... | 731 |
| 1.189 – Noção de antecipação de tutela..... | 731 |
| 1.189-a – Requisitos da tutela antecipada..... | 732 |
| 1.189-b – Natureza das providências antecipatórias..... | 732 |
| 1.189-c – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito..... | 734 |
| 1.189-d – Cumulação de pedidos declaratórios e constitutivos com pedido condenatório ... | 741 |
| 1.189-e – Conclusão..... | 741 |
| § 196 – Execuções das Medidas Cautelares e Antecipatórias..... | 742 |
| 1.190 – Jurisdição e execução..... | 742 |
| 1.190-a – Processo de conhecimento e processo de execução..... | 743 |
| 1.190-b – Medidas cautelares..... | 744 |
| 1.190-c – Execução das medidas cautelares..... | 745 |
| 1.190-d – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar..... | 746 |
| 1.190-e – Tutela antecipatória..... | 749 |
| 1.190-f – Execução das medidas de antecipação de tutela..... | 750 |
| § 197 – Necessidade de não Radicalizar a Distinção entre Antecipação de Tutela e Medida Cautelar..... | 752 |
| 1.191 – Introito..... | 752 |
| 1.191-a – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela..... | 754 |
| 1.191-b – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela..... | 756 |
| 1.191-c – Conclusão..... | 759 |
| § 198 – Responsabilidade Civil Objetiva Derivada de Execução de Medida Cautelar ou Medida de Antecipação de Tutela..... | 760 |
| 1.192 – Fontes da responsabilidade civil..... | 760 |
| 1.192-a – A responsabilidade civil no Código de Processo Civil..... | 762 |
| 1.192-b – A responsabilidade civil na execução de medidas judiciais provisórias..... | 765 |
| 1.192-c – Dos danos indenizáveis e sua execução..... | 768 |
| 1.192-d – Conclusão..... | 771 |
| Bibliografia..... | 773 |
| Índice Onomástico..... | 791 |
| Índice Alfabético de Assuntos..... | 797 |
| Índice dos Fluxogramas..... | 859 |